



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 48ª
(QUADRAGÉSIMA OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 03 DE JUNHO DE 2014.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Solicito à Segurança da Casa que abra a galeria do plenário para que a população possa se acomodar.

Tendo em vista a absoluta ausência dos Srs. Parlamentares no plenário, vou suspender a sessão por alguns minutos.

(Suspensa às 15h37min, a sessão é reaberta às 15h39min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está reaberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Arlete Sampaio a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura da ata da sessão anterior.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada, sem observações, a seguinte:

- Ata da 47ª Sessão Ordinária.

Esta Presidência verifica que encontram-se em plenário 5 Parlamentares. Não há, portanto, *quorum* para darmos início aos Comunicados de Líderes e de Parlamentares.

Está suspensa a sessão.

(Sessão suspensa às 15h42min, a sessão é reaberta às 15h43min.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está reaberta a sessão. Há 6 Parlamentares presentes.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Roriz (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos e a todas que estão participando desta nossa sessão.

Quero, em primeiro lugar, fazer referência a um dado publicado pelo IBGE sobre o desemprego no Brasil no mês de abril. É importante falarmos sobre isso porque essa taxa atinge a menor taxa para o mês em treze anos. A taxa de desemprego ficou em 4,9%. Eu faço questão de citar esse dado porque ele vem demonstrar, de uma maneira muito forte, a contradição daqueles que tentam classificar a situação do nosso País como uma situação de crise: “existe uma inflação galopante”. Vemos, a cada mês, que a inflação se situa exatamente dentro da meta fixada pelo Banco Central. Aí depois existe uma situação dramática: “O Brasil está em crise”. Nenhum País está em crise quando possui um índice de desemprego da ordem de 4,9%, que é extremamente superior à taxa de desemprego dos países centrais da Europa. Estes, sim, encontram-se em crise.

Hoje, o *Correio Braziliense* divulga uma tabelinha da taxa de crescimento do primeiro trimestre nos mais variados países desenvolvidos. O Brasil teve uma taxa de 0,2%, e todos disseram: “É o fim do mundo”. Entretanto, o Brasil teve taxa de crescimento idêntica à da Suíça, superior à da França, o que demonstra que o que ocorre no nosso País é uma vontade exagerada, por parte da grande imprensa, de tentar desconstituir o sucesso, o êxito do governo do Presidente Lula e do governo da Presidenta Dilma. É para bajular as candidaturas da direita, é para tentar minar a força deste governo de construir um Brasil mais produtivo, um Brasil com crescimento e distribuição de renda que as pessoas tentam tanto distorcer a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

realidade, mas a realidade grita, a realidade fala a partir dos indicadores que são medidos pelo IBGE.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu queria aqui fazer uma referência à reunião que aconteceu ontem no Palácio do Buriti com o Governador Agnelo Queiroz, diversos Parlamentares e o Sindicato dos Professores. Nessa reunião, o Sindicato dos Professores entregou ao Governador a sua pauta de reivindicações para a campanha salarial deste ano, pauta esta que foi retirada de uma plenária que aconteceu no último fim de semana.

Para nossa alegria, o Governador Agnelo Queiroz sancionou, homologou, o resultado do concurso público de professores que aprovou 5.600 novos professores para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. O Governador também comunicou a todos os presentes que, até sexta-feira, vai fazer a convocação de um certo número de professores. Não sabemos ainda exatamente quantos serão, porque evidentemente uma convocação exige a disponibilidade de caixa para pagar os salários. Então, até sexta-feira, nós teremos a divulgação do número de professores que vão ser convocados para assumir, desde agora, os seus postos de trabalho na Secretaria de Educação.

Por último, Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que votemos hoje, em segundo turno, a PELO nº 57, de 2013, e que votemos, como itens extrapauta, os seguintes projetos: PL nº 1.818, de 2014; PL nº 1.919, de 2014; PL nº 1.920, de 2014; PL 1.926, de 2014; PL nº 1.927, de 2014; PLC nº 94, de 2014, e PL nº 1.934, de 2014, que diz respeito à cobrança de bandeira 2 para as corridas de táxis durante o período da Copa do Mundo. O PLC nº 94 é o que dispõe sobre a questão – vou simplificar – dos puxadinhos da Asa Norte.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esta Presidência acata a solicitação da Deputada Arlete Sampaio. Portanto, haverá itens extrapauta na sessão ordinária. É bom destacar aos Srs. Deputados que isso foi previamente acordado na reunião do Colégio de Líderes que tivemos no início da tarde de hoje. Serão os PLs nº 1.818, de 2014; nº 1.919, de 2014; nº 1.920, de 2014; nº 1.926, de 2014, e nº 1.927, de 2014, bem como o PL nº 1.934 e o PLC nº 94, de 2014.

Quero aproveitar e cumprimentar todos os representantes do segmento dos comércios e serviços do Plano Piloto, em nome da Mesa Diretora da Câmara Legislativa.

A matéria não foi apreciada em comissão e, como é uma exigência, faremos essa apreciação no plenário desta Casa.

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Como Líder. Sem revisão do orador.)
– Boa tarde a todos. Quero aqui, em primeiro lugar, manifestar o apoio do PMDB ao Projeto dos Puxadinhos.

Quero dizer que essa é uma questão de justiça. É uma orientação do nosso Vice-Governador, Tadeu Filippelli. Hoje, o PMDB e os Deputados têm essa sensibilidade e essa consciência. Em função da proximidade da Copa do Mundo, é necessário agilizarmos isso.

Em nome do PMDB, quero dar as boas-vindas ao pessoal do Sindhobar que está aqui. Quero dizer que, com certeza absoluta, a intenção é votar e aprovar esse projeto importante não para vocês, mas para Brasília.

Muito obrigado. (Palmas.)

Sr. Presidente, na condição de Relator da LUOS, eu gostaria de enfatizar mais uma vez que, apesar de reconhecermos os esforços principalmente da Líder do Governo, do Presidente e do próprio Governador Agnelo, que manifestou enorme preocupação ontem com relação à tramitação da LUOS nesta Casa, esse projeto não está caminhando do jeito que deveria e isso ocorre em função do descaso e do desrespeito de setores da Sedhab. Eles têm marcado várias reuniões com os nossos técnicos, não aparecem, não dão satisfação, e isso é inconcebível.

Eu queria pedir – sei que V.Exa. já está empenhado nisso, Sr. Presidente, juntamente com a Líder do Governo – que se dê um tratamento diferenciado aos técnicos desta Casa. Eles não estão brincando, não estão aqui para serem tratados da forma como estão sendo e não são menos preparados ou competentes que os técnicos da Sedhab. Pelo contrário. Eu ousaria dizer que são muito mais preparados. A forma como a Sedhab tem tratado os técnicos e os Parlamentares desta Casa é inaceitável!

Então, que possamos cumprir o calendário, votar a LUOS e entregar para Brasília uma lei, se não a ideal, pelo menos uma que se aproxime...

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V. Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, o senhor, como Relator, vem à tribuna e diz que essa barbearagem todinha da LUOS é do Executivo e que, no entendimento, não há essa agilidade para aprovação, mas não se preocupe, não! Podemos votar isso também no segundo semestre, porque vamos votar e aprovar agora uma lei fundamental, que é a Lei dos Puxadinhos. Vamos resolver esse problema. Por quê? Porque não podemos esperar a LUOS para votar isso. Esses homens e essas mulheres aí, esses trabalhadores de boa fé, em virtude de todo esse ti-ti-ti e essa insegurança do GDF, que não manda... Nós vamos fazer a lei específica, que já está aí, enviada pelo Executivo, e resolver essa questão. E essa questão da LUOS, se ficarmos no blá-blá-



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

blá, nessa conversa todo dia, “Cadê o mapa?”, “Cadê isso?”, “Cadê aquilo?”... Não há problema, não! Votamos no segundo semestre, agora em agosto, não é?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Como Líder. Sem revisão do orador.)
– O problema, Deputado Olair Francisco, é que, ao não votarmos a LUOS, quem vai ser punido não será os técnicos da Sedhab e, sim, a sociedade. Brasília acaba sendo punida! A preocupação desta Casa é com o povo de Brasília. Portanto, é fundamental que se vote. Agora, a Sedhab tem que fazer a parte dela, da mesma forma que a Câmara Legislativa está tentando fazer.

Volto a dizer, é importante que a Sedhab faça a parte dela, e há que se reconhecer o trabalho da Líder de Governo.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Permite-me V. Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) –
Primeiramente, quero dizer ao Deputado Olair Francisco que o Deputado Wellington Luiz se manifestou muito bem. Ele não disse, genericamente, que é um descaso ou uma barbearagem do Governo. Existe uma lentidão de técnicos da Sedhab com relação ao envio dos esclarecimentos que estamos pedindo.

Aviso a todos que acabamos, na reunião do Colégio de Líderes, de marcar para quarta-feira, 10 horas da manhã, uma reunião aqui entre os relatores, todos os Deputados que quiserem participar e a Sedhab, para tirarmos todas as dúvidas e termos condições de fazer a votação.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Como Líder. Sem revisão do orador.)
– Isso tem que ficar bem claro, Deputada. É exatamente isto: quando falamos de descaso, nós o restringimos exatamente aos técnicos da Sedhab.

Ontem, o Governador demonstrou preocupação com o andamento disso e o próprio Coordenador de Assuntos Parlamentares, o Willemann, tem mostrado isso diuturnamente. O problema realmente está na Sedhab. É muito estranho que os órgãos internos da Sedhab tentem, de alguma forma, inviabilizar o andamento desse projeto. Mas tenho certeza absoluta...

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Wellington Luiz, V.Exa. já ultrapassou o tempo. Peço sua compreensão, pois a pauta está bastante sobrecarregada.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Como Líder. Sem revisão do orador.)
– Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Vou pedir aos colegas compreensão dos colegas, pois estamos com a pauta bastante sobrecarregada, e o Deputado Wellington Luiz já ultrapassou em mais de três minutos o horário dele.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é importante também esclarecer que a nossa pauta tem como prioridade o Projeto dos Puxadinhos, que precisa ser apreciado aqui, por duas comissões, a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Assuntos Fundiários. Por isso é importante que os membros dessas duas comissões que estejam nos gabinetes venham ao plenário.

Em seguida, o referido projeto será votado pelo Plenário, ou seja, pelos 24 Deputados.

Sr. Presidente, normalmente, na terça-feira, faço um relatório, Deputado Joe Valle, de tudo o que vi durante as minhas andanças no final de semana. Temos a DF-001 e, naquele balão perto do Solar de Brasília, que vai até o Paranoá, houve um acidente grave na terça-feira. Já são trinta acidentes graves em um percurso, Deputado Chico Vigilante, de cinco quilômetros somente. Há necessidade de o Governo fazer, urgentemente, a duplicação daquele trecho – não custa caro –, que está sacrificando muitas vidas. O tráfego de carros naquele percurso, entre o balão do Solar de Brasília e o Paranoá, já provocou trinta acidentes, Deputado Alírio Neto, em praticamente um ano. O governo precisa dar prioridade para um trecho tão pequeno.

Quero, mais uma vez, reivindicar a respeito do problema do DFTrans, pois por onde estamos andando está havendo reclamações. Os ônibus da área rural do Zumbi dos Palmares, Deputado Chico Vigilante, a 251, em frente ao Cajé, tinha uma frequência até relativa, mas agora não está mais passando ônibus. Só leva de manhã, às vezes de tarde não traz. A linha não é lucrativa e, por isso, os donos das empresas não querem colocar ônibus na linha. A área também está totalmente desprotegida quanto à segurança. É necessário que a nossa Secretaria de Segurança faça um policiamento extensivo. Deputado Patrício, V.Exa. que é representante de lá, estive na Feira do Gama e o pessoal está reivindicando um policiamento mais ostensivo, pois está havendo pequenos furtos constantemente. Eu queria contar com o apoio de V.Exa., que – sei – tem prestígio lá, a fim de fazermos esse atendimento.

Quero também reivindicar, Deputado Wasny de Roure: ali no Residencial Vitória, no caminho de quem vai para o Morro da Cruz, em São Sebastião, antigamente havia uma linha trifásica de energia para uma chácara com beneficiamento e ela foi desativada, mas a linha está lá podendo a qualquer hora cair em cima das residências. Então, eu queria fazer esse apelo. Sabemos da competência do Dr. Rubem Fonseca à frente da CEB. Devem ir até lá e tirá-la, porque essa linha na realidade não está servindo para nada. Há energia, porque é uma linha trifásica, e precisa ser retirada sob pena de a qualquer hora haver um acidente grave, inclusive com crianças.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Portanto, até para não atrapalhar o andamento da sessão, eu quero encerrar o meu pronunciamento como Líder exatamente parabenizando o pessoal lutador dos puxadinhos. que tantas vezes veio aqui. A expectativa é grande. Que possamos votar o projeto a fim de que vocês possam ir para casa mais tranquilos hoje. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, imprensa, todos.

Eu acho extremamente justo que consigamos dar condições ao setor produtivo para potencializar o seu trabalho dentro da busca de um equilíbrio entre o desenvolvimento ambiental, social e econômico. Que possamos colocar à disposição daqueles que empregam no Distrito Federal condições para que eles continuem empregando e possam crescer com tranquilidade e segurança. Portanto, acredito que é justo que possamos colocar aqui nas comissões a votação sobre a questão dos puxadinhos da Asa Norte. Estamos à disposição de vocês.

Sr. Presidente, queria rapidamente falar de duas coisas importantes.

Aqui quero falar do Deputado Dr. Michel, que não está presente, mas que foi um companheiro nessa questão do policiamento rural – e o governo atendeu. Mas atender simplesmente e criar o policiamento rural não é suficiente para que ele seja efetivo. Estamos sofrendo na área rural de forma extremamente perigosa a falta de policiamento muito grande. Criou-se o policiamento rural e os policiais desapareceram da área rural por falta de efetivo. Se antes tínhamos uma deficiência, porque esses batalhões tinham um pequeno efetivo – cada batalhão nas regiões administrativas tinha um pequeno efetivo que atendia a área rural que saía quando faltava gente na cidade –, hoje, não temos esse atendimento. Já na semana retrasada houve uma discussão, inclusive com o Deputado Dr. Michel em um evento no Incra, mostrando que a população está extremamente desatendida nisso.

Sr. Presidente, gostaria que fosse enviado um documento à Polícia Militar para que, de forma urgente, se conseguisse equacionar o problema da falta de efetivo, já que é um programa do governo, algo que foi colocado como programa de governo. É bom, benéfico à população, mas não está sendo efetivo, porque não há pessoas para fazer esse policiamento. Para se ter uma ideia, no domingo à noite, eu estava em uma ocorrência policial na área rural do Distrito Federal e tínhamos dois homens e uma viatura para atender toda a região Norte, Sr. Presidente. Toda a região. Eu estou falando de Sobradinho, Paranoá e Planaltina. Uma viatura com dois homens para atender aquela região rural toda. Eles saíam, porque estavam acontecendo problemas em todos os momentos na área rural, e essa é realmente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

uma condição que leva a uma sensação de insegurança terrível que não pode continuar do jeito que está.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria de convidar todos para uma audiência pública nesta Casa, segunda-feira, sobre a questão da ocupação do terreno da Embrapa para construção. Nós queremos fazer uma ampla discussão. Definitivamente não aceitamos da forma como está. Acreditamos que existe uma solução efetiva tanto para a população quanto para a pesquisa na Embrapa, não se pode usar de truculência e de uma situação sem discussão, tomando a decisão a ferro e fogo. Isso, na democracia, nós não aceitamos definitivamente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Joe Valle.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero abordar na tarde de hoje dois assuntos.

O primeiro é a questão dos comerciantes e empresários da Asa Norte, porque chamarmos de puxadinhos fica meio vulgarizado. Na verdade, são homens e mulheres, trabalhadores que acreditaram nesta cidade, fizeram empréstimos e aplicaram os seus recursos naquela área, e agora o Estado, com a sua truculência, chega querendo tirá-los. Eu não conheço, Deputado Chico Leite – nós não encontramos no Plano Piloto, especialmente nas Asas Sul e Norte, e dificilmente você vai encontrar –, um bar ou um restaurante que não tenha um puxadinho. Nesses bares e restaurantes que têm o puxadinho, vemos constantemente juiz, desembargador, jornalista, general, procurador de justiça e ministro do Supremo Tribunal Federal tomando a sua cerveja e comendo o seu petisco. Portanto, de fato, eles já estão legalizados pela presença dessas autoridades. Se não fosse legal, essas autoridades não iriam lá. Se fosse um cafofo, essas autoridades não compareceriam lá, mas vão. Depois se acham no direito de entrar na Justiça, conseguir mandato judicial e, muitas vezes, o próprio juiz que frequentava e comia lá, expede a ordem para derrubar.

O que faz o Governador Agnelo Queiroz? Nós – especialmente eu e o Deputado Patrício, que teve uma participação importante nisso – conseguimos, Deputado Chico Leite, fazer o que já deveria ter sido feito há muito tempo: uma discussão com os comerciantes, com o Poder Executivo e com o Poder Legislativo. Portanto, é um projeto a três mãos. É um projeto que tinha que ser de iniciativa do Executivo, que aqui chegou e que tem o apoio da totalidade desta Casa, porque é justo. A exemplo do que fizemos com a Asa Sul, Deputado Chico Leite.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Ali na Asa Sul, sem querer fazer propaganda, mas vou citar o nome, há um restaurante bem simples chamado Recanto das Massas, Deputado Patrício. A proprietária transformou o local num jardim. Você se alimenta, Deputado Chico Leite – é a coisa mais bonita que eu já vi –, dentro de um jardim. Portanto, o que nós queremos? E esse projeto é para quê? Para dar tranquilidade aos comerciantes da Asa Norte para que eles continuem gerando emprego, pagando seus impostos, sem serem perturbados pelo Estado. (Palmas.) É esse o sentido desse projeto.

Eu vou fazer um apelo ao Poder Judiciário, fazer um apelo aos procuradores de Justiça do Distrito Federal: olhem para os rostos desses homens e mulheres que estão aqui, que são trabalhadores. Por favor, não entrem com pedido de inconstitucionalidade, porque a lei não é inconstitucional. Não façam isso. Há outras ilegalidades para a gente combater no Distrito Federal em vez de ficar perseguindo quem quer gerar emprego e pagar imposto decentemente. É por isso que nós estamos apoiando esse projeto.

Um segundo ponto, Sr. Presidente, eu quero abordar rapidamente. Eu tenho falado aqui constantemente da violência, Deputada Arlete Sampaio. Tenho dito que a gente tem que modificar o Código Penal Brasileiro, Deputado Alírio Neto. Tenho dito que este País hoje está povoado por verdadeiras bestas-feras. E aquele elemento instruído, bem vivido, que pegou um simples porteiro, matou, esquartejou e ainda estava queimando o corpo na churrasqueira da casa do pai, aquilo não dá para ser chamado de gente, aquilo é uma besta. Portanto, aquele tipo de animal tem que ficar trancafiado pelo resto da vida. É por isso que a gente tem que implementar, tem que aplicar... O Congresso Nacional tem que ter a coragem, Deputado Chico Leite, de implantar no Brasil, sem dúvida, a prisão perpétua. Aquele tipo de gente não se recupera.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Peço a V.Exa., Sr. Presidente, só uma tolerância para eu conceder um aparte ao nobre Deputado e promotor, agora, procurador, Chico Leite.

Ouçó o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Grande Deputado Chico Vigilante, eu quero contribuir com o debate fazendo duas observações. A primeira é em relação ao por que em outros debates passados eu tenho insistido na expressão cidade real. Nós temos que buscar uma cidade onde se possa efetivamente realizar o equilíbrio entre, de um lado, o direito de vizinhança e, de outro lado, a possibilidade do recreio com a possibilidade de criação de emprego e renda. Nós precisamos chegar a esse nível de equilíbrio de maneira que todos possam ganhar com a cidade que escolheram para viver e para criar seus filhos.

Dessa forma, quando se faz uma lei chamada de puxadinho, aliás, sinceramente, esse nome é péssimo, porque puxadinho parece coisa de invasão e,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

na verdade, o que se deseja é legalizar, colocar de acordo com a lei para que se respeite no direito de vizinhança aquilo que já se faz e aquilo que é do agrado, como V.Exa. disse, de muitos que ali moram e que querem o seu momento de lazer ali perto de casa, não querem ir para longe.

Portanto, esse debate precisa ser feito com muito bom senso – não há princípio do direito maior do que o do bom senso – para que nós tenhamos equilíbrio de direito. Isso é fundamental para nós. Isso de um lado. De outro, Deputado Chico Vigilante, V.Exa. traz um debate aqui à colação. Eu queria lembrar que nós temos um outro problema no âmbito da LUOS. Nós temos visto que não chegam os mapas, há algumas contrariedades, algumas controvérsias em seu teor. Mas, no âmbito da LUOS, existe esse debate – como esse que V.Exa. trouxe agora à colação –, que é o debate das grades.

Aqui eu posso aludir principalmente ao caso do Cruzeiro em que uma lei aprovada por esta Casa foi considerada inconstitucional porque a iniciativa era de um parlamentar, e parlamentar não pode ter iniciativa; segundo a Constituição e a Lei Orgânica, para dispor sobre terra, sobre solo, só o Poder Executivo pode fazê-lo. O ordenamento em geral, não é, Deputado Alírio Neto?

Então, eu queria propor aqui que nós pudéssemos regularizar, também em relação às grades, todas as cidades. A partir do exemplo do Cruzeiro, precisamos regularizar, dentro desse equilíbrio a que me reporte, Taguatinga, Guará, Núcleo Bandeirante. Inúmeras são as cidades que têm os mesmos problemas. Nós faríamos uma lei nos moldes a que V.Exa. fez menção. Quero dizer: o Poder Executivo mandaria a esta Casa o projeto – só ele tem a iniciativa –, e nós resolveríamos de uma vez por todas esse problema. As grades são empregadas para a segurança dos moradores, um quesito em que aqui e ali, lamentavelmente, o Estado tem falhado ao longo desses anos.

Então, eu queria deixar esta segunda contribuição, Deputado Chico Vigilante: a proposta para que nós fizéssemos, com relação às grades, partindo do exemplo do Cruzeiro, a mesma coisa que V.Exa. mencionou que fez o Governador Agnelo em relação ao caso específico dos estabelecimentos comerciais da Asa Norte.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Muito obrigado, Deputado Chico Leite. Incorporo o pronunciamento de V.Exa. ao meu pronunciamento. Vamos assumir essa ideia e fazer a mesma coisa com relação às grades.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

O último inscrito é o Deputado Alírio Neto, pela Liderança do PEN.

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, enquanto o Deputado Alírio Neto se dirige ao púlpito, vou pedir a V.Exa., tendo em vista uma solicitação do Deputado Prof. Israel Batista acordada com diversos Líderes aqui do plenário, a inclusão extrapauta do Projeto de Lei Complementar nº 95, de 2014, que estende o uso dos lotes que menciona na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada Arlete Sampaio, a Presidência vai analisar a matéria.

O último inscrito é o Deputado Alírio Neto, pela Liderança do PEN.

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PEN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, galeria aqui presente, eu fico realmente feliz com a presença de todos vocês aqui, setor produtivo da cidade, gerador de riqueza, emprego, porque, por coincidência, o meu pronunciamento de hoje, que eu tinha já pensado em falar da noite de ontem para hoje, se refere muito a vocês.

Em especial, já que vocês estão aqui, quero dizer que há muito tempo esta Casa tem lutado... Eu tenho aqui três mandatos, comecei aqui como servidor em 1990, e tenho observado que esta Casa tem lutado sempre pela regularização da ocupação produtiva, que é o que vocês fazem. Não é puxadinho, é ocupação produtiva o que vocês fazem, porque gera riqueza, gera emprego.

E é sobre essa questão de ser produtivo que o meu pronunciamento se refere neste momento. Sou nordestino da megalópole cidade de Piripiri, no Piauí. Tive a oportunidade de sair só uma vez do Brasil. Fui aonde eu tinha o sonho de conhecer – Atenas, berço da democracia. Tive a oportunidade de ir também a Roma. Não tem como se discutir que essas duas cidades não sejam o berço da humanidade.

Em Atenas, eu vi cafés colocando mesinhas na calçada, em ocupação de área produtiva. Os restaurantes, bares e cafés aproveitavam aquele espaço público para servir bem a comunidade.

Em Roma, eu vi verdadeiras ocupações produtivas muito superiores àquilo que a gente vê hoje no Distrito Federal. Eles colocavam na calçada uma espécie de gôndola gigante – quando eu cheguei estava na época do frio – toda de vidro, ou de blindex, e eles saíam do estabelecimento, atravessavam a calçada, abriam aquela porta e serviam, do outro lado, também a população.

E eu tenho informações concretas, das pessoas que eu conheço e já foram lá, que em Paris isso também é muito comum. O que eu quero colocar é que, na verdade, o que a gente tem no Distrito Federal e no Brasil é uma falta de foco na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

realidade política, a partir do momento em que a gente teve a redemocratização do nosso país.

Na verdade, essa coisa de esquerda e de direita acabou. Isso não existe, isso foi uma grande ilusão. Karl Marx deve estar se revirando no túmulo sabendo que o comunismo fracassou totalmente e o capitalismo, o setor produtivo, hoje vence.

O que nós temos hoje na sociedade moderna, na política moderna, são setores produtivos emparceirados com o mundo político para poder gerar riqueza, gerar emprego, gerar melhor condição de vida e principalmente buscar uma sociedade melhor. Essa sociedade passa pela oportunidade de emprego, passa pela oportunidade de arrecadação, para que se possa, através de impostos e tributos, realizar e buscar uma satisfação social maior, um bem comum maior.

Ninguém – ninguém! –, nem o mundo político, nenhum governo é capaz de fazer isso sem o setor produtivo. Isso não existe. Isso seria uma grande ilusão. Eu quero deixar isso bem claro para vocês do setor produtivo. Na grande maioria das vezes são pequenos e médios da área produtiva. O SINDHOBAR– Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília é uma instituição com muito respeito. Sem dúvida nenhum, vocês são fundamentais, principalmente o setor de serviços, que é quem gera mais emprego, o que é fundamental para que a gente tenha uma sociedade melhor.

Eu me sinto bem à vontade para dizer que acho que nós hoje estaremos regularizando aqui, no que for possível com a minha presença, porque, por infeliz coincidência, hoje eu não estou muito bem de saúde... Eu até comentava isso com os companheiros. Estou com uma gripe muito forte, sentindo um pouco de febre. Mas quero deixar bem claro para vocês que esta Casa finalmente vai dar o reconhecimento que eu acho que há muito tempo deveria ter sido dado ao setor produtivo daqui do Distrito Federal na área de ocupação produtiva.

Para concluir o meu pronunciamento, Sr. Presidente – eu não vou me alongar tanto quanto nas outras participações que foram feitas –, eu quero só dizer o seguinte: fiquem atentos para o mundo político de agora. Fiquem atentos para entender aqueles que estão ligados ao setor produtivo e aqueles que simplesmente querem usar a política para ter ligação com setores que muitas vezes não são produtivos, como, por exemplo, o setor financeiro.

Nosso país foi dominado por muito tempo pelo setor financeiro, do qual o setor produtivo, os trabalhadores e toda a sociedade eram escravos – simplesmente escravos. Nós pagávamos taxas de impostos muito altas, trabalhávamos exclusivamente para o setor financeiro. Hoje, a gente tem o setor produtivo bastante valorizado, seja a construção civil, seja a área de serviço, seja todo setor que gera riqueza, porque, na verdade – eu não tenho nada contra banqueiro, mas quero deixar isso bem claro –, quem gera riqueza, quem gera um país mais forte, quem dá



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

oportunidade de crescimento é o setor produtivo. É quem produz, quem gera riqueza e quem dá emprego. São vocês. Parabéns por vocês estarem aqui!

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Alírio Neto.

Encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PV. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, colegas; boa tarde, imprensa.

Eu uso a tribuna hoje para me somar ao discurso do Deputado Alírio Neto, que fala sobre a importância do setor produtivo, especialmente no nosso país, onde o Estado trata o empresário, muitas vezes, como um adversário. Em outros países, o empresário é tratado como alguém que contribui com a sociedade, e aqui no Brasil, infelizmente, nós temos todas as dificuldades para desempenhar a atividade produtiva, a começar pela dificuldade de montar de uma empresa e, depois, pela dificuldade de encerrar o empreendimento.

Eu estive na Califórnia, na semana passada, para dar uma palestra na universidade. Lá eu pude visitar, com vários estudantes brasileiros, o Vale do Silício e fiquei impressionado com o modo como os norte-americanos tratam os empresários, o empreendimento. Os jovens, Deputado Alírio Neto, têm vontade de empreender, porque eles sabem que, se não der certo, aquilo não vai marcar a vida deles para sempre, aquela empresa que não deu certo não vai segurar o desenvolvimento



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

desses jovens. Aqui no Brasil uma empresa que você não consegue encerrar fica parecendo um cadáver acorrentado no seu calcanhar durante anos a fio. Então, essa é uma grande dificuldade.

Quero dizer também que nós temos hoje a oportunidade de desfazer uma grande injustiça na história do zoneamento urbano de Brasília e do Plano Piloto, que é rever o ordenamento, a organização das nossas escolas privadas na Asa Sul e na Asa Norte. Eu estou muito feliz que a Diretora do SINEPE – Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal, professora Fátima, esteja aqui presente, juntamente com vários diretores de escolas, que hoje, enfim, conquistam esse grande sonho, o sonho de trabalharem de forma regularizada porque geram empregos, produzem educação e são importantes complementos para a nossa educação pública.

Então, hoje é um dia importante para todos nós. É importante para os empresários que conseguem, enfim, colocar os seus empreendimentos para funcionar, garantir diversão para a nossa cidade, lazer, como acontece nos países mais modernos do mundo, onde qualquer cidade moderna permite o uso dos espaços públicos desde que de forma civilizada, ordeira – e a gente está propondo justamente isso. E é importante por essa justiça que se faz com as escolas daqui do Plano Piloto.

Parabéns.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Prof. Israel Batista.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, houve uma solicitação da Líder sobre o PLC nº 95, de 2014. V.Exa. disse que talvez ainda construísse o entendimento, e eu gostaria que deixasse isso para a reunião de Líderes da próxima semana porque eu tenho algumas dúvidas sobre esse PLC e estou querendo me esclarecer melhor, se for possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está certo, Deputado. O Presidente disse que está estudando a matéria e que, em momento oportuno, dará uma definição a este Plenário.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Boa tarde a todos, especialmente aos empresários, comerciantes da Asa Norte que estão aqui em busca do seu direito de trabalhar honestamente, de produzir riquezas e de gerar postos de trabalho.

Eu acho que, qualquer que seja o projeto que nós votemos hoje, ainda que venha ajudar vocês, ele chega tarde. Mas sempre será bem-vindo e necessário. Tudo o que já foi dito aqui eu tive a oportunidade de acompanhar pelos alto-falantes da Câmara e, para não ser repetitiva, eu quero dizer que concordo plenamente.

Vocês são guerreiros por estarem aí insistindo em produzir essa riqueza no Distrito Federal com tanta, mas com tanta dificuldade. Que nós possamos hoje efetivamente trazer um alento e uma perspectiva de esperança para que vocês possam não ter mais dificuldades com a Agefis, não ter mais dificuldades em ter os seus estabelecimentos abertos.

Espero que muito brevemente possamos comemorar também que a Asa Norte receba mais segurança, porque todos os dias temos notícias de muitos roubos e assaltos. A insegurança é muito grande, especialmente aqui no nosso Plano Piloto, que não é muito diferente das outras cidades. Realmente está faltando um policiamento mais presente, está faltando um plano de segurança para os comércios da Asa Norte, da Asa Sul, enfim, de todas as nossas cidades.

Sr. Presidente, eu venho também aqui, nessa oportunidade, manifestar a minha indignação em razão de que foi publicado um edital para que artesãos fizessem o seu cadastramento para participação numa feira nacional. Acontece que a publicação no Diário Oficial, abrindo as inscrições, aconteceu cinco dias depois de encerrado o prazo das inscrições; ou seja, ou esses artesãos já estavam escolhidos e, depois, saiu a publicação, ou saiu a publicação com o prazo já encerrado, desestimulando aqueles que não sabiam, e isso faria com que eles não se inscrevessem. Isso é o maior absurdo. É um desrespeito ao cidadão. E mais do que um desrespeito ao cidadão, isso é um ato de improbidade administrativa, impedindo trabalhadores, e principalmente aqueles que são autônomos, pequenos, de exercerem as suas atividades. Então, eu clamo para que seja tomada uma providência e para que esse prazo de inscrição seja reaberto. Porque é um absurdo.

Sr. Presidente, um absurdo também é o espaço Cultural Renato Russo fechado porque não há acessibilidade. Então, hoje, estou apresentando uma emenda, se a causa disso for problemas com a falta de recursos financeiros, para que esse problema seja suprido e dessa forma o espaço Renato Russo possa ser brevemente reaberto. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada Eliana Pedrosa, obrigado.

Neste momento, concedo a palavra o Deputado Dr. Michel.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meus pares, cumprimento toda a galeria. Nós estamos aqui para apoiar vocês nesta questão da Asa Norte, porque não podemos tratar a questão de forma diferente. Se a Asa Sul teve as condições, nós estaremos junto de vocês para lutarmos por melhorias de condições de trabalho para vocês que são geradores de emprego, colaborando também para o nosso divertimento. Vocês também fazem parte daquilo que precisamos: geração de emprego e uma melhor condição de vida para a nossa Brasília. Então, cumprimento a todos vocês e me coloco à disposição.

Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna hoje também para conclamar V.Exa. Eu sempre digo: colocar um terno e não limpar o sapato não realça o terno. O nosso Governador tem realizado muita coisa pelo Distrito Federal. Tem trabalhado bastante, mas não tem angariado aquilo que ele tem feito para si, para o partido e para Brasília.

Sr. Presidente, nós estamos com um edital aberto para o concurso da área da Saúde em que está havendo até discriminação, podemos dizer assim, Deputado Chico Vigilante, Deputado Olair Francisco e todos que aqui estão presentes. Há uma categoria de trabalhadores que estão sendo discriminados dentro da Secretaria de Saúde. Trata-se da categoria dos biomédicos. Não existia a carreira de biomédicos dentro da Secretaria de Saúde. Nós lutamos, brigamos, a Deputada Arlete Sampaio foi uma precursora junto comigo nesta luta, porque S.Exa. sabe da necessidade dos biomédicos. E, agora, é aberto um concurso público, e pasmem todos os presentes, com apenas quatro vagas para biomédicos. O que é isso? Isso é um absurdo! Isso é um desrespeito para com os funcionários, para com a categoria, para com os profissionais da biomedicina!

Nós não queremos tirar vagas de enfermeiros, mas foram abertas 50 vagas para enfermeiros, com 70 vagas para cadastro de reserva! Foram abertas vagas para médicos, mas para biomédicos – que é um cargo necessário porque todas as análises clínicas têm que passar pelo biomédico – foram abertas apenas quatro vagas. Isso é um absurdo! Isso é um desrespeito para com a categoria de biomédicos no Distrito Federal.

Deputada Arlete Sampaio, quando nós entramos nesta guerra, eu e V.Exa., e é louvável o trabalho que V.Exa. realizou junto conosco, nós só tínhamos biólogos realizando o trabalho de biomédicos. Hoje temos a categoria de biomédicos dentro da Secretaria de Saúde, e fazem uma aberração dessas! Nós não queremos tirar vagas de nenhuma outra categoria, mas, Sr. Presidente e todos os Deputados presentes, para que tenhamos uma Saúde de qualidade, para que tenhamos uma Saúde melhor, nós não podemos discriminar categorias. E virem dizer que quatro vagas para o cargo de biomédicos são suficientes, isso é covardia! Só nos hospitais quantos biomédicos são necessários? Nas UPAS, quantos biomédicos são necessários? Isso não é possível! E o que fazer, a não ser vir aqui falar aos quatro ventos e conclamar ao nosso Governador que nos ajude a refazer isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Sr. Presidente, eu conclamo a V.Exa. que nos ajude a ver essa discriminação que aconteceu na Secretaria de Saúde em relação aos biomédicos.

É inadmissível, Deputada Arlete Sampaio, que nós deixemos uma categoria recém-criada... Foi colocado na Lei Orçamentária Anual que havia cinquenta vagas. Nós colocamos com a aquiescência de V.Exa. Nós lutamos. O pessoal esteve aqui. V.Exa. sabe da necessidade. Não é conversa, não. É porque querem colocar outras categorias para fazer o trabalho de biomédico. Isso é injustiça, porque o biomédico é necessário para a manutenção da saúde! Cada um no seu quadrado, como já dizia a música: "Ado, ado. Cada um no seu quadrado". Nós não podemos aceitar isso. Isso é discriminação com a categoria de biomédicos no Distrito Federal. Eu acho que tem que botar enfermeiro, tem que colocar farmacêutico, mas tem que se valorizar o biomédico dentro da Secretaria de Saúde e fazer valer a lei que aprovamos nesta Casa. Estou cansado de ver leis que nós aprovamos aqui não serem aquiescidas pelo Poder Executivo. Assim não dá!

Eu quero, Sr. Presidente, parabenizar V.Exa. Ontem nós tivemos uma boa conversa com o Governador sobre a questão dos agentes de polícia. Estavam presentes o nosso amigo Deputado Cristiano Araújo, o Deputado Wellington Luiz, o Deputado Rôney Nemer, eu, V.Exa., além de todos os Deputados ali presentes. V.Exa. sabe que aquilo é uma injustiça. É uma injustiça fazerem concurso e não aproveitarem aqueles que estão aprovados.

Então, eu quero, para concluir, em nome de V.Exa., que é o nosso representante maior nesta Casa e Presidente com muita maestria, parabenizar a reunião que foi feita ontem para se aproveitarem os policiais que já foram aprovados no concurso e só lhes falta fazer o curso.

Mas, para completar, ajude-me, Sr. Presidente, na questão dos biomédicos.

Muito obrigado. Uma boa tarde para V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero dizer ao Deputado Dr. Michel que eu estive ontem na Secretaria de Saúde porque também fiquei estarecida com o fato de haver apenas quatro vagas para o concurso e seis vagas para o cadastro de reserva. São dez vagas ao todo. Fiz um pedido para que se aumente esse número de servidores que serão biomédicos. É uma carreira que tem um papel essencial na Saúde e que realmente não está devidamente valorizada pela atual gestão da Secretaria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, durante alguns meses, como é de conhecimento de todos, o meu nome vem sendo colocado como uma possível candidata a Vice-Governadora na chapa de José Roberto Arruda, hoje o principal adversário do atual governo do PT que ocupa o Buriti.

É fato que ser lembrada para ocupar tão importante cargo numa chapa majoritária poderia ter me deixado imensamente envaidecida, já que é o segundo posto mais importante do Distrito Federal. Mas não foi isso que ocorreu.

Nunca tive dúvidas de que foi, sem dúvida, algum reconhecimento ao trabalho desenvolvido nesta Casa que acabou ascendendo a mim e a meu partido, o PRTB, a uma posição de destaque no cenário local.

Quem me conhece sabe que, quando decidi ingressar na política, eu o fiz mesmo sem total apoio, mesmo do meu pai, o ex-Governador Joaquim Roriz. Isso porque ele temia afastar possíveis aliados por ter mais uma filha na vida pública. Aprendi com essa lição. E seguindo meu coração, e desde que consegui uma cadeira nesta Casa, os senhores são testemunhas de como tenho trabalhado de forma dobrada para marcar minha trajetória para não ser mais uma parlamentar que está aqui apenas pelo sobrenome Roriz.

Hoje, acredito que aos poucos tenho cumprido essa missão. E arrisco dizer que tenho feito um mandato com posicionamentos firmes, sendo uma Oposição responsável e marcada pelo objetivo único de levar o Poder Público para perto da nossa população. Fiz isso unicamente por acreditar que este é o principal papel do Legislativo: estar próximo ao nosso povo.

Ser filha de Roriz muito me ajudou nessa questão, uma vez que seus governos sempre foram pautados pelo clamor popular. Esse aprendizado que tive dentro de minha casa, tentei trazer para esse mandato quando, por exemplo, criei o projeto da comissão itinerante, para que as discussões de interesse da população ocorressem com a participação popular. Graças a esse trabalho, tenho como entender o que o povo passa, e daqui desta tribuna cobrar, quase que diariamente das autoridades que ocupam o Palácio do Buriti, providências imediatas para a solução de vários problemas vividos pelas comunidades.

Pois bem, Sr. Presidente, após mais uma vez ouvir o povo, hoje venho oficializar mais uma decisão que tomei com o respaldo não apenas do meu partido, o PRTB, mas também da minha família, a quem recorro em momentos como esse. Não teria decidido, Srs. Deputados, colegas, se assim o povo não entendesse. Mas após inúmeros pedidos, e de ouvir também a voz do meu coração, decidi deixar a vaga livre, para que nossos aliados fiquem à vontade para encontrar um nome que possa agregar ainda mais para essa composição majoritária. Até lá, meu partido manterá meu nome como candidata à reeleição, para continuar trabalhando próxima ao nosso povo. Não é fácil tomar uma decisão dessa magnitude!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Volto a dizer: para mim, vaidade nunca foi determinante, principalmente se a decisão, qualquer que seja, acarrete me distanciar o mínimo que seja da população do Distrito Federal, proximidade esta que conquistei com o trabalho nesta Casa.

Quem me conhece sabe como esse fato estava me angustiando. Depois de reunir minha família e também de levar o assunto ao comando do meu partido, conquistei todo o apoio de que precisava para que eu concorresse a uma vaga nesta Casa, para continuar meu trabalho como deputada distrital. Não poderia tomar essa decisão por meio dos jornais, senhoras e senhores, uma vez que foi nesta Casa que recebi determinante apoio, principalmente nos momentos mais difíceis pelos quais passei durante meu mandato parlamentar.

Gostaria de deixar registrado, a título de aprendizado que tive com todas essas articulações, que política realmente precisa ser feita, não unicamente por vontade própria, mas depois de ouvir quem realmente acredita em nosso trabalho. Sempre afirmei que estava preparada para qualquer missão que a mim fosse delegada, e assim continuarei, como fiel opositora ao atual governo. Pretendo lutar para conquistar uma cadeira na próxima legislatura, para adquirir mais experiência e, assim, servir ainda mais a população do Distrito Federal.

Entendo ser importante como oposição ao governo do PT, mas antes de qualquer coisa sou aliada da nossa população. E nessa batalha, tenho como principal arma a proteção de Deus, que tão bem me acoberta nos momentos difíceis.

Quero aqui agradecer a cada um que confiou em mim e colocou meu nome, por acreditar no meu trabalho. A minha família, ao comando do meu partido, a minha equipe e, claro, aos meus apoiadores, líderes comunitários, eleitores, que sempre têm me apoiado em todas as decisões.

Meu muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigada, Deputada Liliane Roriz.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é uma questão de ordem, porque eu não poderia fazer um aparte à nobre Deputada Liliane Roriz.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em questão de ordem, Deputado, é bom se reportar ao artigo do Regimento.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, a nobre Deputada estava fazendo o seu comunicado, e entendo que é uma coisa importante. Acho que eu, como Parlamentar, está no Regimento, tenho o direito de fazer questão de ordem, já que não pude fazer um aparte.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado, esta Presidência é bastante compreensível, mas essa matéria não é questão de ordem.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Então, é um comunicado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Peço a V.Exa. que seja objetivo.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Vou ser objetivo. Deputada Liliane Roriz, essa é uma matéria em que um ganha e outro perde. V.Exa. continuando na Câmara Legislativa, nós vamos ganhar. Brasília vai ganhar porque V.Exa. é uma Parlamentar que merece toda a referência desta Casa e de seus eleitores. V.Exa. deixando de disputar a Vice-Governadoria, o outro lado perde. V.Exa. poderia aglutinar muito mais na coligação em que estivesse, na campanha que iria enfrentar.

Eu quero dizer que a decisão que V.Exa. tomou tem de ser a decisão do coração. Como V.Exa. tomou a decisão com o coração, essa é a melhor decisão que um cidadão ou cidadã poderia tomar. Seja sempre firme em suas decisões, pois é a firmeza que faz as pessoas, que faz a sua permanência, a sua grandeza.

Sr. Presidente, V.Exa. é sempre cordial. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputados, nosso horário já se aproxima das 17h. Temos uma pauta bastante grande, e peço a compreensão de cada um dos colegas.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria inicialmente de saudar os empresários que estão na galeria. Nosso país realmente precisa reconhecer o pequeno, micro e médio empresário como a força que gera emprego e renda para os cofres públicos de todo o Brasil.

Quero dizer a vocês que, apesar de participar do bloco da oposição, esse projeto deveria ter um tempo para tramitar, mas abrimos mão da tramitação porque entendemos que, quando o governo manda o projeto para esta Casa e o projeto é bom, temos de ajudar e votar. Portanto, vamos ajudar e votar o projeto, pois acreditamos que é muito importante.

Sr. Presidente, eu ouvi várias falas e quero falar de um sentimento talvez do Brasil inteiro. Tem-se falado aqui sobre a Copa. Investimos bilhões e bilhões na Copa do Mundo. Fala-se de uma imprensa golpista. Ora, como a imprensa pode ser golpista, se ela é patrocinada muitas vezes pelo próprio governo? Como se fala que a imprensa é da Direita, quando há muitas pessoas, inclusive, que participaram de lutas junto com a imprensa que era da Esquerda?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Quero usar a frase do Deputado Alírio Neto: “A Esquerda hoje governa com o apoio da Direita”. Então, não há Direita e Esquerda, há homens e mulheres que acreditam, sim, que o País pode trabalhar de forma justa e honesta.

Sr. Presidente, por que o Brasil não entra no clima da Copa? Porque ele anda e não há escolas; ele anda, não há asfalto. Trabalhamos – os empresários estão aqui – até o quarto mês do ano para pagar imposto. Qual país pode querer festejar uma Copa do Mundo numa situação econômica como essa em que se vive?

Falar que há uma imprensa golpista, que há revolta na população... A revolta não é de uma ou duas pessoas, não há como manipular um país inteiro. O Brasil não entra no clima da Copa porque ela não gerou emprego, não gerou renda, não gerou riqueza; gerou corrupção, gerou desvio de dinheiro, gerou desvio de verbas. É importante, Sr. Presidente, colocar nesta tarde que isso precisa ser repensado. A população vai para as ruas e reclama dos bilhões desviados – falamos de bilhões como se fossem milhões, como se fossem centavos.

Sr. Presidente, o Governo do Distrito Federal agora, como o Brasil não entrou no ritmo da Copa, vai investir 4,9 milhões para enfeitar as cidades. Quase 150 mil reais por cidade! Será que ele perguntou para a população do Distrito Federal se ela aceita mais esse dinheiro gasto na Copa? Ela quer esse dinheiro gasto na Copa, ou quer esse dinheiro gasto na educação, na saúde, no meio ambiente, na coleta de lixo? É esse o recado que as pessoas estão dando.

O empresário não aguenta mais pagar imposto. A população não aguenta mais um país cheio de burocracia, que, para atender os interesses da Fifa, tira toda a burocracia, tira os impostos, mas muitas vezes, para atender os interesses da população, cria dificuldades, cria burocracia, pega o dinheiro que deveria ser investido em outras áreas e coloca para enfeitar as cidades como se o Brasil fosse entrar no clima da Copa.

Eu quero dizer que os brasileiros estão de saco cheio de chegarem aos hospitais e ficarem nas filas, de morrer nas portas das escolas pedindo, implorando uma vaga, de chegar numa parada de ônibus e não ter transporte. Não estou falando apenas do Governo do Distrito Federal, estou falando do Brasil.

Nós temos países que foram massacrados pela guerra e que tiveram homens e mulheres sérios que tiraram aqueles países do fundo do poço. É disso que nós estamos precisando, de homens e mulheres sérios, que entendam que quando tiram dinheiro da merenda escolar, quando tiram dinheiro dos cofres públicos para pintar a cidade, está tirando dinheiro da educação, da saúde. É para isso que eu quero chamar a atenção de vocês aqui nesta tarde. Nós temos, sim, que festejar a Copa desde que essa Copa seja para geração de renda, de emprego e não para geração de corrupção.

Esse é o recado que eu quero dar na tarde de hoje.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Eu acho que é mais um dinheiro jogado fora como se o Distrito Federal fosse a cidade dos bilhões de reais. Talvez quatro milhões aqui seja pouco, mas em algumas prefeituras, seria o orçamento do ano inteiro ou do mês inteiro. É essa a chamada que eu quero fazer para esta Casa.

Eu quero falar mais, Deputado Wellington Luiz. Eu tenho saído nas ruas e as pessoas estão com nojo da política, com nojo de nós, que representamos, muitas vezes, o Poder Público, porque a gente nem se faz representar. Quando nós tivemos aqui um relatório do Tribunal de Contas com desvio de 400 milhões de reais em outros governos, o lava-rampa já estava aí lavando as rampas, pedindo CPI. Agora os lava-rampas estão escondidos. Alguns estão lá na Papuda, e o dinheiro do povo saindo assim: são 4 milhões, 5 milhões.

É essa a minha fala.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu só queria fazer um complemento à fala da Deputada Celina Leão. Essa Copa deixa uma marca muito ruim em todos nós, porque a Fifa não vai pagar imposto de nada do que puser a mão, mas aqui nós temos uma turma que vai pagar impostos todos os dias. E o que é pior: em um raio muito grande, o comércio terá que fechar.

Muito se falou que todo mundo ia ganhar muito dinheiro com a Copa, e quem vai ganhar é a Fifa porque nós vamos ter que fechar os estabelecimentos. Então, fica aí essa grande reflexão de que nós não temos tantos motivos para comemorar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Eliana.

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caros colegas, eu venho a essa tribuna para prestar minha solidariedade aos donos dos puxadinhos da Asa Norte e cumprimentá-los.

Sei da luta e da angústia que vocês vêm atravessando com algumas leis, inclusive encaminhadas aqui para a Câmara Legislativa. Essa discussão já está na Casa há, mais ou menos, quatro anos. Desde o mandato passado, eu me lembro de já se falar de puxadinhos. Veio o PPCUB para a Casa, porém num projeto muito polêmico, e vocês vêm sangrando.

Hoje, a pedido do Deputado Patrício – ali no corredor, eu encontrei alguns líderes e representantes de vocês –, comprometi-me com ele, como presidente da Comissão de Assuntos Fundiários e Relator, em fazer o parecer. Estou quebrando, inclusive, o rito da Casa, já que existe um acordo para não votarmos os projetos sem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

antes serem apreciados pela Comissão. Estou fazendo isso, tendo em vista a necessidade de vocês e angústia em que vivem. Faço isso também porque vocês dão uma contribuição. É justo vocês terem os puxadinhos. A Asa Norte hoje não teria vida se não fossem os bares, os restaurantes com aqueles puxadinhos, que são maravilhosos e não perturbam ninguém.

Por tudo isso, já mandei fazer o parecer. A Assessoria está preparando o parecer ao projeto de lei do governo, um parecer positivo. Mais tarde, eu estarei aqui para trazê-lo para vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Cristiano Araújo.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Solicito ao Deputado Prof. Israel Batista que nos auxilie nos trabalhos da Mesa e faça a leitura do primeiro item da Ordem do Dia, o item nº 39. Como o relatório já foi lido, votaremos a matéria em seguida.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que, tão logo seja votado esse primeiro item, invertamos a pauta e entremos exatamente na votação do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Chico Vigilante, quero explicar a todos vocês que um projeto, para ser votado, precisa passar pelos primeiro e segundo turnos. Não adianta votar em primeiro, sem votar em segundo turno. Portanto, a ordem pouca diferença faz.

Peço a compreensão de todos, pois essa matéria vai exigir que suspendamos a sessão para que as comissões se reúnam. Então, se eu fizer essa mudança, haverá dificuldade porque essa matéria ainda não passou nas comissões. Eu peço a compreensão dos Deputados para que sigamos os termos do acordo de Líderes firmado no início da tarde de hoje.

Solicito ao Sr. Secretário que faça a leitura do primeiro item da Ordem do Dia, o Projeto de Lei nº 1.514, de 2013. Como o relatório já foi lido, passaremos à imediata apreciação da matéria.

Item nº 39:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.514, de 2013, do Poder Executivo, que “dispõe sobre a alienação de imóveis na Vila Planalto e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Em discussão o relatório.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o encaminhamento é pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	26



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) PARÁGRAFO 2º DO ART. 2º.

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

PROJETOS DE LEI Nº(S): 1.514/2013

AUTORIA: Poder Executivo

RELATORIA: CLÁUDIO ABRANTES

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ALÍRIO NETO	PEN				X		
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X		
	CELINA LEÃO	PDT	X					
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	ELIANA PEDROSA	PPS	X					
	EVANDRO GARLA	PRB				X		
	JOE VALLE	PDT	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB				X		
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB				X		
	PATRÍCIO	PT	X					
	PAULO RORIZ	PP				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PTB				X		
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
T O T A L			15			9		

Handwritten signature of Prof. Israel

SECRETÁRIO (DEPUTADO PROF. ISRAEL)

VOTOS "SIM"	15	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"		VETO REJEITADO	-
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	9		
OBSTRUÇÃO	-		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, queria fazer um pedido, tendo em vista a conversa que já tive aqui no plenário com vários Parlamentares.

Solicito a V.Exa. que seja iniciada a votação dos projetos extrapauta, inclusive o PLC nº 94, que trata de interesses das pessoas que estão aqui, para que a gente possa agilizar o processo. Vários Deputados têm agenda fora e já querem sair, vai acabar o *quorum*.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esta Presidência foi extremamente compreensiva com as falas dos Srs. Parlamentares, nós fomos extremamente compreensivos. Nós temos mais um veto que já foi lido. É apenas uma rápida votação. Aí esta Presidência encaminha. Não há nem *quorum* para votarmos matérias referentes à Lei Orgânica. Precisamos de 16 Deputados.

Nós vamos proceder à votação do item nº 72. Depois, a Presidência votará os itens extrapauta.

DEPUTADO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou, mais uma vez, insistir. Eu já fui à Presidência e ao Colégio de Líderes solicitar a votação e fui contra inclusive aquilo que eu coloquei durante a minha gestão como Presidente da Câmara Legislativa. Fica até constrangedor vir aqui de novo pedir a V.Exa., mas nós temos uma situação de excepcionalidade, diferenciada. Cada votação de veto tem que ser por voto nominal de, pelo menos, 13 Parlamentares, o que leva um tempo. Quanto aos projetos de lei de interesse das pessoas da galeria, temos outra situação diferenciada. Os servidores, quando vêm aqui, vão trabalhar no dia seguinte. Aqui nós temos taxistas e empreendedores dos puxadinhos, que têm que voltar para o estabelecimento para continuar fazendo suas atividades.

Eu entendo V.Exa., sei da sensibilidade de V.Exa. Solicito a V.Exa. que votemos os dois e também os créditos do governo, para que possa haver o pagamento dos servidores públicos. A Deputada Eliana Pedrosa tem que sair, o Deputado Alírio Neto teve que sair, a Deputada Celina Leão tem que sair, o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Deputado Wellington Luiz e vários Deputados também. Priorizemos o projeto do pessoal que está na galeria e também os créditos de governo. Depois fazemos um intensivão aqui e votamos os vetos sem nenhum problema.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Com esse compromisso de que teremos apoio para votarmos os vetos amanhã, nós não temos dificuldades. Eu só espero que os colegas assumam o compromisso aqui com essa Presidência.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero fazer um pedido a V.Exa. Nós temos uma audiência pública fora da Casa no dia 5, quinta-feira. Peço a V.Exa. que coloque o item nº 10 em votação nominal enquanto temos *quorum*. Se V.Exa. puder ajudar nisso, eu vou agradecer muito a V.Exa.

Eu queria ainda cumprimentar os amigos taxistas que ali estão. Realmente faz sentido nós votarmos o mais rápido possível para eles poderem voltar a bandeirar, porque o trem está feio.

Muito obrigado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela liderança do PMDB, eu também concordo com os demais Deputados. É importante votar o projeto dos taxistas, o projeto dos puxadinhos, os créditos. Faço o compromisso de o PMDB estar presente aqui amanhã, porque também é fundamental a votação dos vetos, mas dou prioridade a essas pessoas que estão aqui hoje na galeria.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Atendendo aos apelos dos Deputados, passaremos à votação dos itens extrapauta.

Item extrapauta nº 1:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.818, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 3.184, de 29 de agosto de 2003, que regulamenta os §§ 1º e 2º do art. 22 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

Tramitação concluída.

Foram apresentadas duas emendas de plenário em primeiro turno. As comissões deverão se manifestar sobre as emendas de plenário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.818, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 3.184, de 29 de agosto de 2003, que `regulamenta os §§ 1º e 2º do art. 22 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

São as Emendas de Plenário nºs 1 e 2. O nosso voto, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, é pela aprovação das Emendas de Plenário nºs 1 e 2.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solicito à Relatora, Deputada Arlete Sampaio, que emita parecer da Comissão de Fiscalização, Gestão, Governança, Transparência e Controle sobre a matéria.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle ao Projeto de Lei nº 1.818, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 3.184, de 29 de agosto de 2003, que `regulamenta os §§ 1º e 2º do art. 22 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

No âmbito da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, nós votamos pela aprovação do projeto e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados. Houve 1 abstenção.

A Presidência designa o Deputado Cláudio Abrantes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cláudio Abrantes, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle ao Projeto de Lei nº 1.818, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 3.184, de 29 de agosto de 2003, que regulamenta os §§ 1º e 2º do art. 22 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, o voto é pela inadmissibilidade das Emendas nºs 1 e 2. É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero só discutir rapidamente, até por respeito ao pessoal que está aqui.

Eu apresentei a Emenda nº 2 e queria pedir destaque dela. O texto original propõe a descentralização de três formas. Eu tenho uma preocupação realmente de controle de gastos em relação à descentralização dessa verba publicitária de três formas. Então, só quero pedir o destaque da Emenda Modificativa nº 02, porque ela concentra o texto que diz que somente os recursos vinculados poderão ter essa distribuição em outras secretarias.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Eu quero informar ao plenário que, tendo em vista as posições diferentes dos senhores relatores sobre as emendas, as duas emendas serão necessariamente destacadas e virão ao plenário para serem apreciadas.

Continua em discussão o projeto. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, ressalvados os destaques.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em primeiro turno com a presença de 14 Deputados. Houve 1 abstenção.

A Presidência informa que, em virtude da aprovação de pareceres divergentes nas duas comissões – na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – as Emendas nºs 1 e 2 foram automaticamente destacadas e serão votadas uma a uma, conforme dispõe o art. 197, IV, do Regimento Interno desta Casa.

Discussão e votação da Emenda nº 1, destacada, ao Projeto de Lei nº 1.818, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 3.184, de 29 de agosto de 2003, que `regulamenta os §§ 1º e 2º do art. 22 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que forem contrários à aprovação da emenda destacada permaneçam como estão; os que favoráveis queiram manifestar-se. (Pausa.)

Não houve nenhum Deputado favorável à emenda destacada.

O emenda está rejeitada com a presença de 15 Deputados.

Discussão e votação da Emenda nº 2, destacada, ao Projeto de Lei nº 1.818, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 3.184, de 29 de agosto de 2003, que `regulamenta os §§ 1º e 2º do art. 22 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o projeto inicial fala: “O disposto no § 1º não se aplica nos casos cuja realização de despesa envolva fontes de recursos com vinculação específica estabelecida constitucionalmente, ou que...” A minha emenda, Sr. Presidente, preserva o texto até esse ponto. O artigo, da forma como o Executivo propôs, sugere que “sua forma pactuada não possa ser executada de maneira centralizada ou ser objeto de descentralização na execução de créditos orçamentários”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

A minha preocupação, Sr. Presidente, é que, pelo fato de o texto estar muito amplo, sejam mandados recursos, que serão votados nesta Casa, para outras secretarias, a serem usados em publicidade. Começa-se, aí, uma forma de descentralizar os recursos da publicidade. Já é difícil, para nós, fazer a fiscalização dela centralizada, e aqui se estão criando três formas de possibilidade de descentralização. A minha emenda corrige isso e sugere que o disposto no art. 1º não se aplique aos casos cujas despesas envolvam fontes de recursos com vinculação específica, ou seja, SUS, despesas relacionadas à área de saúde.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora) – Sr. Presidente, esse projeto de lei tem um objetivo muito claro e específico. O que acontece hoje? Os recursos oriundos do Ministério da Saúde, como, por exemplo, para o convênio Aids, vai direto, de forma carimbada, para o Fundo de Saúde. Se a Secretaria de Saúde não puder, de forma descentralizada, realizar publicidade institucional, fazendo, inclusive, alertas à população, de como se adquire AIDS ou de como se combate a dengue ou qualquer uma das patologias que recebem recursos específicos do Ministério da Saúde, não haverá publicidade.

Hoje, a lei define que toda publicidade é centralizada. Por isso que os demais adendos, Deputada Celina Leão, são necessários. Os recursos pactuados... Por exemplo, a Secretaria de Direitos Humanos envia os recursos para fazer campanha contra exploração sexual das crianças e dos adolescentes. Hoje não pode haver isso, porque está definido que é centralizadamente.

É preciso, então, que se resguardem todos os itens que estão no projeto do Poder Executivo, para que possa, efetivamente, haver publicidade institucional, fundamental para alertar a sociedade sobre os problemas, sobre como combater determinados vícios. Por isso, proponho que votemos a forma original do projeto de lei, rejeitando a emenda da Deputada Celina Leão.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o que a Deputada Arlete Sampaio diz é importante, mas, se a despesa tiver um vínculo com outros fundos, já está garantido no primeiro artigo. O problema é que a extensão do texto abre isso para todas as outras áreas, ou seja, recursos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

que não são vinculados e que não vêm carimbados. É isso que estou contextualizando. A minha emenda contempla qualquer tipo de recurso que tenha uma vinculação específica.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero apenas esclarecer a todos que só existem dois fundos com despesas vinculadas: saúde e educação. Os demais não são. Por exemplo, no caso que citei, da Secretaria de Direitos Humanos, é uma pactuação ou um convênio. Não é despesa vinculada constitucionalmente. Então, não se aplica à emenda que S.Exa. propôs aqui.

Da mesma forma, aquilo que ela tem preocupação em evitar já está garantido na lei, tendo em vista que o plano de publicidade é feito de maneira centralizada. No plano de publicidade, as áreas têm que definir quais são seus objetivos. Agora, a execução não pode ser centralizada, porque o dinheiro está vinculado ao fundo e à secretaria que pactuou ou que fez o convênio. Ela tem que, necessariamente, ser descentralizada.

Obviamente, todos os gastos efetuados pelo Governo estão sujeitos aos órgãos de controle, ao Tribunal de Contas, a esta Casa Legislativa. Se houver alguma irregularidade, que seja denunciada, que seja apurada, mas não se pode impedir a publicidade institucional sem se aprovar o que está prescrito nesse projeto de lei.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que forem contrários à emenda permaneçam como estão; os que forem favoráveis queiram manifestar-se. (Pausa.)

A Presidência tem o encaminhamento da votação por escrito, da assessoria. Vou repetir, para que não suscite dúvida alguma: os Deputados que forem contrários à emenda permaneçam como estão; os que forem favoráveis queiram manifestar-se. (Pausa.)

A emenda está rejeitada com 2 votos “sim” e 12 votos “não”.

Item extrapauta nº 7:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 94, de 2014, do Poder Executivo, que “dispõe sobre a ocupação das galerias e áreas públicas na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I”.

Solicito ao Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, Deputado Cristiano Araújo, que designe Relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

(Pausa.)

Peço aos Presidentes das demais Comissões que se preparem para emitir parecer ou designar Relator para a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Só um minutinho que a assessoria está descendo com o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Então, tendo em vista o Relator não ter condições neste momento, vamos ler o próximo item da Ordem do Dia e, tão logo chegue o parecer, retornaremos à matéria.

Item extrapauta nº 2:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.919, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais)”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 3:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.920, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 158.000.000,00 (cento e cinquenta e oito milhões de reais)”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

A tramitação foi concluída. Foi apresentada uma emenda de plenário, em primeiro turno. As comissões deverão se manifestar sobre a emenda de plenário.

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

Na ausência do Relator, Deputado Rôney Nemer, solicito ao Deputado Dr. Michel que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às Emendas nºs 8 e 9 ao Projeto de Lei nº Projeto de Lei nº 1.920, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 158.000.000,00 (cento e cinquenta e oito milhões de reais)”.

No âmbito da CEOF, o voto é pela admissibilidade e aprovação das Emendas nºs 8 e 9. É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado. Portanto, nós estamos apreciando duas emendas. A Presidência cometeu aqui um equívoco. Estamos apreciando duas emendas de plenário.

Em discussão o parecer às emendas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1920, de 2014, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 4:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.926, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 32.504.594,00 (trinta e dois milhões, quinhentos e quatro mil, quinhentos e noventa e quatro reais)”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 5:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.927, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 11.095.740,00 (onze milhões, noventa e cinco mil, setecentos e quarenta reais)”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Deputado Cristiano Araújo já está em condições de proferir o seu parecer. Solicito novamente a leitura do item extrapauta nº 7.

Item extrapauta nº 7:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 94, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a ocupação das galerias e áreas públicas na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I”.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	37



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

PARECER Nº _____, DE 2014

Da ^{CAF} COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS sobre o PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 94, de 2014, que dispõe sobre a ocupação das galerias e áreas públicas na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I.

AUTORIA: Poder Executivo

RELATOR: Deputado CRISTIANO ARAÚJO

I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Comissão de Assuntos Fundiários o Projeto de Lei Complementar nº 94, de 2014, apresentado pelo Governador do Distrito Federal por meio da Mensagem nº 128/2014-GAG, de 29 de maio de 2014.

A proposição pretende autorizar a ocupação ao nível do solo das galerias e das áreas públicas contíguas aos blocos do Comércio Local Norte – CLN, do Setor Comercial Local Residencial Norte – SCLRN e do Setor Comercial Residencial Norte – SCRN da Região Administrativa do Plano Piloto – RA I.

São permitidas a ocupação não onerosa das galerias com mobiliário removível ao longo da testada da loja, desde que mantida faixa contínua e desimpedida de 1,5m para passagem de pedestres, e a instalação de toldos e elementos decorativos para configurar ambiente de transição público-privado, com pé-direito mínimo de 2,20m. A ocupação além dos limites da testada da loja depende de anuência dos proprietários ou responsáveis pelas lojas vizinhas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	38



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

A proposta prevê concessão de uso onerosa para a ocupação das áreas públicas, que deve ser objeto de projeto a ser aprovado pelo órgão competente, abrangendo as calçadas adjacentes, de forma a adequá-las ao greide da via e às normas de acessibilidade.

É permitida a ocupação das faixas correspondentes a 1/3 das áreas públicas entre blocos com mobiliário removível, medidas a partir dos limites de cada lote. No CLN, é admitida a ocupação da fração de 2/3 do espaço entre blocos em caso de desnível superior a 60cm entre a galeria do bloco oposto e o espaço público, e a ocupação de faixa de 4m contígua às laterais dos blocos situados nas extremidades da quadra.

É vedada a ocupação das áreas públicas contíguas às fachadas voltadas para as vias de circulação de veículos e pedestres e para as faixas verdes das superquadras, com exceção da área pública voltada para o Parque Olhos D'Água no CLN 413, sendo permitida sua ocupação com mobiliário removível, limitada à faixa de 4m.

O Projeto autoriza a instalação de toldos ou cobertura leve removível dentro dos limites de ocupação estabelecidos, desde que configurem pé-direito mínimo de 2,20 m e sejam recolhidos nos horários de fechamento dos estabelecimentos. É permitida a construção de deques ou plataformas em materiais removíveis para nivelar o piso da área pública ao da galeria, com altura máxima de 60 cm.

O Poder Executivo deve regulamentar a norma no prazo de 90 dias, e os estabelecimentos comerciais devem se adequar ao disposto no prazo de 2 anos.

Seguem as cláusulas de vigência e revogatória.

O Projeto de Lei Complementar foi distribuído à Comissão de Assuntos Fundiários e à Comissão de Constituição e Justiça.

Encaminhada a esta Comissão para exame, a proposição não recebeu emendas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	39



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 68, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete a esta Comissão de Assuntos Fundiários analisar e emitir parecer de mérito sobre matérias que tratem de utilização e cessão de bens públicos.

A proposição em análise pretende disciplinar a ocupação das galerias e das áreas públicas contíguas aos blocos do Comércio Local Norte – CLN, do Setor Comercial Local Residencial Norte – SCLRN e do Setor Comercial Residencial Norte – SCRN, na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I.

A medida busca regularizar as ocupações que há muitos anos ocorrem nessas localidades, com mobiliário, toldos e coberturas removíveis. A norma estabelece padrão para as ocupações, compatível com o ordenamento urbanístico e que garante a acessibilidade dos pedestres e a fruição dos espaços públicos pela população. Os critérios dispostos se adequam às características dos blocos comerciais da Asa Norte, distintas daquelas observadas na Asa Sul.

A ocupação das galerias está restrita aos limites dos lotes, e permite a configuração de espaço de transição entre público-privado. A ocupação das áreas públicas, entre blocos e nas laterais dos blocos de extremidade, é concedida de forma onerosa, e depende de aprovação de projeto específico, que deve abranger o tratamento das calçadas adjacentes.

Os parâmetros estabelecidos tiveram como base as propostas apresentadas para o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB, que foram debatidas em quatro audiências públicas, realizadas nos dias 26 de março de 2011, 24 de setembro de 2011, 9 de junho de 2012 e 17 de outubro de 2013.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	40




CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Diante do exposto, manifestamos voto pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei Complementar nº 94, de 2014**, no âmbito desta Comissão de Assuntos Fundiários.

Sala das Comissões, de de 2014.

Deputado


~~Secretário~~
DEPUTADO
WELLINGTON
PAESIDENTE

Deputado

CRISTIANO ARAÚJO

Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Cristiano Araújo, que acaba de proferir o parecer no âmbito da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei Complementar nº 94, de 2014.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Cláudio Abrantes, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 94, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a ocupação das galerias e áreas públicas na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I”.

Sr. Presidente, no nosso relatório, esse projeto de lei complementar cumpre os requisitos. É um projeto de lei, como já foi falado aqui, que atende uma parcela extremamente importante da população: a da área da geração de emprego e renda. Uma característica da nossa cidade é que, mesmo afastada do mar, ela tem essa peculiaridade do bom restaurante, das tradições e diversas culinárias. E o que houve foi a ocupação que foi feita a partir das necessidades da população.

Quero lembrar que, em agosto de 2011, esta Casa promoveu uma audiência pública para discutir o tema dos puxadinhos. E, ao longo desse tempo, houve um esforço imenso, principalmente dos comerciantes que lutaram e se mobilizaram para que hoje a gente tivesse este momento.

Então, fazendo esse breve relato, nós passamos à parte final do nosso parecer, justamente à questão do nosso voto. Nós transcrevemos aqui as competências da Comissão de Constituição e Justiça no Regimento Interno da Casa e na Lei Orgânica do Distrito Federal: preservar os aspectos da constitucionalidade, juridicidade, legalidade e regimentalidade, técnica legislativa e redação, emitindo parecer de caráter terminativo quanto aos aspectos citados.

De acordo com o art. 30, incisos I e VIII, da Constituição Federal, compete ao Distrito Federal, ao lhe serem conferidas as atribuições reservadas aos Estados e Municípios, legislar sobre assuntos de interesse local e promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

Vale salientar que, em todas as discussões de outros projetos, como, por exemplo, no PPCUB, os interessados representantes da Asa Norte também se fizeram presentes para reivindicar esse justo pleito.

O art. 75 da Lei Orgânica do Distrito Federal do Distrito Federal, combinado com o art. 56 do Ato das Disposições Transitórias, assegura a prerrogativa do Governador quanto à iniciativa, que foi cumprida.

Então, Sr. Presidente, nobres pares, galeria, de acordo com a exposição de motivos assinada pela Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano, acostada ao processo, as justificativas técnicas encontram-se consubstanciadas no Parecer nº 3, de 2011, da Subsecretaria de Planejamento Urbano, inserto neste procedimento administrativo, que noticia, em síntese, a possibilidade de tais ocupações, em face dos estudos que culminaram no Projeto de Lei Complementar nº 78, de 2013, que aqui tramita. Trata-se do projeto que aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.

Diante do exposto, o nosso voto é pela admissibilidade do Projeto de Lei Complementar nº 94, de 2014, na Comissão de Constituição e Justiça.

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer para discutir.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para concordar com as palavras do Deputado Cláudio Abrantes, o projeto traz uma tranquilidade muito grande a todos esses empresários que geram empregos no Distrito Federal e que efetivamente estavam sem normas para trabalhar, com lojas pequenas. Assim como na Asa Sul, esse projeto traz tranquilidade não só aos empresários, mas principalmente a todas as famílias de trabalhadores que trabalham nos empreendimentos e nos comércios, que agora terão normas e poderão trabalhar mais tranquilos, respeitando, é lógico, todas as outras leis, como a do silêncio, etc.

Parabéns ao Governo do Distrito Federal. Parabéns a todos vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Rôney Nemer.

Continua em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 94, de 2014, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	44



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 3/6/2014



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO EM: 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM

PARECER: ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO

COMISSÕES: CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CSEG CESC

CDESCTMAT MESA DIRETORA COMISSÃO ESPECIAL CFGTC

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S):

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S): 94/2014

PROJETO DE LEI Nº(S):

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S):

REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S):

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S):

AUTORIA: DEPUTADO

Poder Executivo

RELATORIA: DEPUTADO

DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBS	DV
AGACIEL MAIA	PTC	X					
ALÍRIO NETO	PEN			X			
ARLETE SAMPAIO	PT	X					
AYLTON GOMES	PR			X			
BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
CELINA LEÃO	PDT	X					
CHICO LEITE	PT			X			
CHICO VIGILANTE	PT	X					
CLÁUDIO ABRANTES	PT	X					
CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
DR. MICHEL	PP	X					
ELIANA PEDROSA	PPS	X					
EVANDRO GARLA	PRB			X			
JOE VALLE	PDT	X					
LILIANE RORIZ	PRTB			X			
OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
PATRÍCIO	PT	X					
PAULO RORIZ	PP			X			
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB			X			
RÔNEY NEMER	PMDB	X					
WASHINGTON MESQUITA	PTB	X					
WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
WASNÝ DE ROURE	PT	X					
T O T A L		17		7			


SECRETÁRIO DA SESSÃO
(DEPUTADA ELIANA PEDROSA)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós já votamos, em primeiro turno, a PELO nº 57. Eu solicitaria a V.Exa., tendo em vista o *quorum* hoje elevado aqui e o entendimento desse clima de cumprimento à Constituição pela votação da lei dos puxadinhos, que fosse incluída na pauta de hoje a PELO nº 57.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A PELO nº 57 esta Presidência vai deferir. Entretanto, vai indeferir o PLC nº 95 por falta de acordo de lideranças.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu peço a V.Exa. que inclua na pauta de hoje a Moção nº 622, que manifesta votos de louvor à Câmara de Vereadores Comunitários de Taguatinga.

Quero comunicar a quem não está sabendo ainda que o Brasil está vencendo o Panamá de 3 a 0.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel para declaração de voto.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero agradecer a V.Exa., e meu voto foi “sim” para fazer justiça a esse povo. Em nome do mineiro, que é um sofredor, várias vezes eu estive lá, agora vai se resolver o seu problema com um puxadinho, um simples toldo. Vamos, em seu nome, parabenizar todos que aqui estão, porque agora vocês estão regulares. Vocês nunca estiveram na ilegalidade. Vocês estavam irregulares, e agora estão regularizados e ninguém vai poder tirar vocês de onde estão. Meus parabéns! Eu quero aqui parabenizar, mais uma vez, o Governador Agnelo, por estar fazendo justiça com esse povo. Vocês merecem. Meus parabéns!

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Dr. Michel. Em nome da Mesa Diretora, nós acompanhamos a declaração do Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

Dr. Michel, cumprimentando a todos os pequenos empresários, sobretudo os da região da W3 Norte.

Item extrapauta nº 6:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.934, de 2014, do Poder Executivo, que “autoriza a aplicação da bandeira II para as corridas de táxi no período de 10 de junho a 15 de julho de 2014”.

A proposição não tem pareceres aprovados nas comissões.

Solicito à Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Deputada Celina Leão, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito à Relatora, Deputada Celina Leão, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei nº 1.934, de 2014, do Poder Executivo, que “autoriza a aplicação da bandeira II para as corridas de táxi no período de 10 de junho a 15 de julho de 2014”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, o voto é pela aprovação, Sr. Presidente. É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito à Relatora, Deputada Eliana Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	47



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PARECER Nº , DE 2014

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o PROJETO DE LEI Nº 1.934, de 2014, que *autoriza a aplicação da Bandeira II para as corridas de táxi no período de 10 de junho a 15 de julho de 2014.*

AUTORIA: Poder Executivo

RELATORA: Deputada ELIANA PEDROSA

I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 1.934, de 2014, apresentado pelo Governador do Distrito Federal por meio da Mensagem nº 130/2014-GAG.

A proposição pretende autorizar cobrança da Bandeira 2 em todas as corridas de táxi realizadas no Distrito Federal no período compreendido entre 10 de junho e 15 de julho de 2014.

O taxista deve alertar os passageiros, quando do ingresso nos veículos, acerca da cobrança, e fixar nos painéis do veículo adesivos informativos.

Seguem as cláusulas de vigência e revogatória.

O Projeto de Lei foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Constituição e Justiça.

Encaminhada a esta Comissão para exame, a proposição não recebeu emendas.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei n.º 1.934, de 2014, cuida de matéria inserida no âmbito da competência legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 15, inciso XI, da Lei Orgânica do DF, quanto à regulamentação do serviço de veículos de aluguel.

Em relação à iniciativa legislativa, o Projeto sob exame, de iniciativa do Poder Executivo, respeita os arts. 71 e 100, inciso VI, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Quanto à juridicidade da proposição, observa-se que a Lei Distrital n.º 5.323, de 2014, que “dispõe sobre a prestação do serviço de táxi no Distrito Federal e dá outras providências”, em seu art. 42, fixa, em elenco taxativo, as hipóteses permanentes de bandeira 2. O projeto ora em análise propõe o estabelecimento de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	48



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL


mais uma situação, de caráter temporário, em relação ao período de realização da Copa do Mundo de 2014, mais precisamente de 10 de junho a 15 de julho de 2014.

Em resumo, não se vislumbrou qualquer óbice de natureza jurídica ou formal no Projeto de Lei nº 1.934, de 2014, razão pela qual manifestamos voto pela sua ADMISSIBILIDADE no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, de de 2014.

Deputado

Presidente


Deputada
ELIANA PEDROSA
Relatora



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Desejo que os taxistas possam ter um bom resultado nesse período de Copa. Que vocês possam faturar e prover melhor a família de vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.934, de 2014. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Eu quero lembrar a V.Exas. que o Deputado Agaciel Maia fez um apelo para que apreciássemos o item nº 90. Esse item necessita de dezesseis votos. Nós vamos fazer a apreciação do item nº 72, que é um veto, e por meio dessa votação vamos conferir o *quorum*, para ver se teremos ou não condições de apreciar a PELO nº 57, de 2013.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa, me desculpe, mas é para pedir, mais uma vez, para apreciarmos o item nº 110. É que estou com medo de não haver mais *quorum*. Eu agradeço a V.Exa. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Pode ficar tranquilo. Esta Presidência vai acompanhar o *quorum*.

Item nº 72:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.104, de 2012, do Deputado Prof. Israel Batista, que “dispõe sobre a utilização obrigatória de papel reciclado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

Proferido relatório sobre o veto parcial ao art. 3º na sessão ordinária do dia 22 de março.

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio para encaminhamento da votação.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a orientação é pela manutenção do veto, voto “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	51



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 3/6/2014



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) ART. 3º

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

PROJETOS DE LEI Nº(S): 1.104/2012

AUTORIA: ISRAEL BATISTA Poder Executivo

RELATORIA: CLÁUDIO ABRANTES

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ALÍRIO NETO	PEN				X		
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PDT				X		
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	ELIANA PEDROSA	PPS	X					
	EVANDRO GARLA	PRB				X		
	JOE VALLE	PDT	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB				X		
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PATRÍCIO	PT	X					
	PAULO RORIZ	PP				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV				X		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RÔNEY NEMER	PMDB				X		
	WASHINGTON MESQUITA	PTB	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	WASNÝ DE ROURE	PT	X					
T O T A L			14			10		

SECRETÁRIO (DEPUTADO ELIANA PEDROSA)

VOTOS "SIM"	14	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"		VETO REJEITADO	-
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	10		
OBSTRUÇÃO	-		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis.

Total de votantes: 14.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Eu lembro, mais uma vez, a V.Exas. que há 14 Parlamentares presentes. Portanto, não há 16 Parlamentares para apreciar a PELO. Se não houver *quorum*, esta Presidência vai encerrar esta sessão, para, logo após, apreciarmos matérias em segundo turno.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 110:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 3.271, de 2014, do Deputado Dr. Michel, que “requer a realização de audiência pública para debater a questão do vínculo de trabalho médico junto à Secretaria de Saúde do Distrito Federal”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 622, de 2014, do Deputado Chico Vigilante, que “manifesta votos de louvor à Câmara de Vereadores Comunitários de Taguatinga – CVCT e à Academia Taguatinguense de Letras”.

Em discussão, em bloco, o Requerimento nº 3.271, de 2014, bem como a Moção nº 622, de 2014, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o requerimento e a moção; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	53



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 3/6/2014



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO EM: 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM

PARECER: ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO

COMISSÕES: CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CSEG CESC

CDESCTMAT MESA DIRETORA COMISSÃO ESPECIAL CFGTC

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S):

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

PROJETO DE LEI Nº(S):

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S):

REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S): 3.271/2014 e MOÇÃO 622/2014

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S):

AUTORIA: DEPUTADO DR. MICHEL e CHICO VIGILANTE Poder Executivo

RELATORIA: DEPUTADO

DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBS	DV
AGACIEL MAIA	PTC	X					
ALÍRIO NETO	PEN			X			
ARLETE SAMPAIO	PT	X					
AYLTON GOMES	PR			X			
BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
CELINA LEÃO	PDT			X			
CHICO LEITE	PT			X			
CHICO VIGILANTE	PT	X					
CLÁUDIO ABRANTES	PT	X					
CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
DR. MICHEL	PP	X					
ELIANA PEDROSA	PPS	X					
EVANDRO GARLA	PRB			X			
JOE VALLE	PDT			X			
LILIANE RORIZ	PRTB			X			
OLAIR FRANCISCO	PTdoB			X			
PATRÍCIO	PT	X					
PAULO RORIZ	PP			X			
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB			X			
RÔNEY NEMER	PMDB			X			
WASHINGTON MESQUITA	PTB	X					
WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
WASNY DE ROURE	PT	X					
T O T A L		13		11			

SECRETÁRIO DA SESSÃO
(DEPUTADA ELIANA PEDROSA)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2014	15h35min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis. Houve 11 ausências.

Estão aprovados o requerimento e a moção.

As matérias seguem a tramitação regimental.

Convoco as Sras. e os Srs. Deputados para a sessão extraordinária com início imediato após essa sessão ordinária para discussão e votação, em segundo turno, dos seguintes projetos: Projeto de Lei nº 1.818, de 2014; Projeto de Lei nº 1.919, de 2014; Projeto de Lei nº 1.920, de 2014; Projeto de Lei nº 1.926, de 2014; Projeto de Lei nº 1.927, de 2014; Projeto de Lei nº 1.934, de 2014; e o Projeto de Lei Complementar nº 94, de 2014.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai encerrar a presente sessão ordinária.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h53min.)